



# Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT Belo Horizonte, ano 13, n. 76, jul./ago. 2015

## Doutrina

### Artigos

- ◆ Os desafios do federalismo fiscal e a reforma do ICMS  
*Helena Taveira Torres*
- ◆ PIS/COFINS não cumulativos: bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços  
*Marco Aurélio Greco*
- ◆ Algumas considerações relativas à inspeção tributária  
*José Casalta Nabais*
- ◆ Conceito de tributo e sua divisão em espécies  
*André Mendes Moreira, Sophia Goreti Rocha Machado*
- ◆ Los servicios financieros en el IVA  
*José Antonio Barciela Pérez*
- ◆ A substituição tributária no ICMS – O sujeito passivo no lançamento de ofício  
*Hélio Sabino de Sá, José Hable, Marinês Gusberti*
- ◆ O Simples Nacional como incentivo fiscal e a necessária desoneração da carga tributária  
*Maíza Costa de Almeida Alves*
- ◆ A tributação como forma de efetivação dos direitos fundamentais no Estado brasileiro  
*João Rezende Almeida Oliveira, Jony Marcos, Júlio Edstron S. Santos*
- ◆ Considerações sobre elisão tributária: limites em face da teoria do propósito negocial  
*Amália Pasetto Baki*

## Jurisprudência Seleccionada

### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Tributário – IPI – Rações para cães e gatos em embalagens em mais de 10 Kg – Produtos acondicionados em unidades acima de 10 Kg – Não incidência – Decreto-Lei nº 400/68, art. 2º – Inalterabilidade por Decreto

- ◆ **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Tributário – Embargos à Execução Fiscal – Prazo nas situações excepcionais em que a jurisprudência afasta a necessidade de garantia prévia
- ◆ **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Tributário – Parcelamento – Art. 1º, §3º, I, da Lei nº 11.941/09 – Pagamento à vista — Redução de 100% das multas de mora e de ofício – Redução de 45% sobre os juros de mora – Legalidade – Remissões distintas – Impossibilidade de redução de 100% dos juros de mora em razão da redução de 100% das multas de mora e de ofício – Perdão concedido pela Administração que optou em aplicar percentuais distintos
- ◆ **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Tributário – IPI – Creditamento – Exportação – Decreto-Lei nº 491/69 e Lei n. 8.402/92 – Incentivo à exportação – Creditamento – Possibilidade nas entradas de matérias-primas – Produtos intermediários e material de embalagem tributados
- ◆ **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Tributário – ICMS – Isenção – Operação de saída de animais – Lei n. 4.177/2003, do Estado do Rio de Janeiro – Delineamento conceitual de carne processada pela Resolução SEFAZ n. 580/2013 – Alteração dos sujeitos passivos que podem pleitear o benefício – Extrapolamento do poder regulamentar

#### **Ementário**

- ◆ Contribuição Previdenciária
- ◆ Contencioso Administrativo
- ◆ Drawback
- ◆ Empréstimos Compulsórios
- ◆ Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica
- ◆ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- ◆ Imposto sobre Serviços de qualquer natureza
- ◆ Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
- ◆ Imposto sobre Produtos Industrializados
- ◆ Imposto Territorial Rural
- ◆ Prescrição
- ◆ Taxa

#### **Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Imposto de Renda
- ◆ Taxa